


imprensa e política no piauí na primeira metade do período monárquico

pedro vilarinho castelo branco* 
universidade federal do piauí
teresina - piauí - brasil

resumo

O artigo pretende analisar as circunstâncias de criação da imprensa no Piauí, durante o Período Regencial e o início do Segundo Reinado. Oeiras, a capital e principal centro político da Província do Piauí, era situada no sertão, distante do litoral e marcada por dinâmicas econômicas e condições materiais e culturais específicas que se refletiam na forma vigente de fazer política na Província. No período, o Piauí era governado pelo Barão da Parnaíba, que impunha ferrenha vigilância sobre todos que se posicionavam contra ele, dificultando o aparecimento de uma imprensa livre, que desse visibilidade a ideias oposicionistas. Propõe-se, ainda, examinar as particularidades da criação da imprensa na Província do Piauí, entre os anos de 1832, ano de criação do seu primeiro jornal, e o ano de 1845, quando é lançado o primeiro jornal de oposição no Piauí.

Palavras-Chave: Piauí Província; Imprensa; Política.

abstract

The purpose of the article is to analyze the circumstances of the creation of the press in Piauí, during the Regency period and the beginning of the Second Reign. Oeiras, the capital and main political center of the Province of Piauí, was located in the hinterland, far from the coast and marked by economic dynamics and specific material and cultural conditions that reflected the way of doing politics in force in the province. In the period, Piauí was governed by Barão da Parnaíba, who imposed a fierce vigilance on everyone who stood against him, making it difficult for a free press to appear, which would give visibility to oppositional ideas. Understanding the particularities of the creation of the press in the Province of Piauí between the years 1832, the year in which the first newspaper in the province was created, and the year 1845, when the first opposition newspaper was launched in the Province of Piauí, is the questions that we propose to analyze.

Keywords: Piauí Province; Press; Politics.

* Doutor em História (UFPE), professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Projeto de pesquisa – Imprensa e política no Piauí oitocentista. E-mail – pedrovilarinho@uol.com.br/pedrovilarinho@ufpi.edu.br.

A historiografia que trata da criação da imprensa no Brasil é unânime em apontar as fortes restrições impostas pela Coroa Lusitana à publicação de livros e periódicos impressos na América portuguesa no período colonial. Apenas no início do século XIX, no âmbito das transformações materiais e culturais que se deram com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, foi possível a instalação de prensas e a divulgação da palavra impressa no Brasil. (SODRÉ, 1983).

Livre das restrições, a imprensa passou a se fazer presente, ainda no período colonial, nos principais núcleos urbanos do Brasil, atendendo demandas diversas que se ligavam às atividades comerciais, aos grupos e aos interesses vinculados às estruturas administrativas. A incipiente imprensa brasileira respondia às demandas por canais de comunicação de homens letrados e interessados em discutir, em debater os caminhos a serem seguidos pelo país, diante das convulsões políticas que se espalhavam pelo mundo ocidental. Essas foram as demandas que deram vida à nascente imprensa no Brasil (MARTINS; LUCA, 2006, p. 16-34).

O Brasil nas décadas iniciais do século XIX, a despeito de se tornar um estado e uma nação emergente, continuava do ponto de vista estrutural uma imensa sociedade rural, com a economia lastreada principalmente no trabalho escravo e mergulhado no mundo e na cultura da oralidade. Alguns núcleos urbanos mais relevantes como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e, em menor escala, São Paulo, São Luís¹ e Belém ensaiavam uma vida urbana, onde floresciam atividades comerciais mais significativas, pois, além de serem cidades portuárias e, portanto, aglutinadoras de atividades comerciais entre a Europa, África e o interior do país, ainda acumulavam uma missão política clara e definida, pois eram cidades capitais, onde as discussões políticas eram mais intensas (SILVA, 2010, p. 35-73).

Se os núcleos urbanos litorâneos, pelas razões apontadas anteriormente, passaram a contar com a publicação de impressos que em grande medida atendiam as demandas por espaços de divulgação de ideias políticas, discutiam grandes temas que movimentavam a cena política e o cotidiano das cidades. No interior do Brasil, as mudanças e a dinâmica do debate político seguiam em ritmo próprio, diferente do litoral.

¹ Para maiores informações sobre a imprensa em São Luís do Maranhão no século XIX ver: ABRANTES, E. S. O Farol Maranhense: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão (1828 – 1831). In: GALVES, M. C.; COSTA, Y. *O Maranhão oitocentista*. São Luís: EdUEMA, 2015. p. 53-79.

A proposta do artigo é direcionar o foco de análise para o Piauí, província situada em contexto geográfico específico e marcada por dinâmicas econômicas e culturais próprias. Entender as circunstâncias de criação da imprensa no Piauí no Período Regencial e, de forma mais detida, analisar o jornal *O Telégrafo*, que, mesmo sendo o terceiro jornal criado no Piauí, ganhou relevância pelo volume de números publicados e pela relação direta que teve com a revolta da Balaiada, movimento rebelde ocorrido no Período Regencial Brasileiro e que envolveu as províncias do Piauí, Maranhão e Ceará.

Na análise, utilizaremos a coleção de jornais impressos no Piauí e constante na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde existe número significativo de exemplares de dois dos três primeiros jornais piauienses: o *Correio da Assembleia Provincial* e de *O Telégrafo*. Outrossim, lançaremos mão de algumas obras historiográficas e literárias que dão conta da existência desses periódicos e da sua relação com a vida política do Piauí, nos anos 1830 e 1840. Da mesma forma, recorreremos a artigos e livros que permitem melhor análise dos possíveis usos, intenções e particularidades da imprensa no Brasil e no Piauí da primeira metade do século XIX (CAPELATO, 2015, p. 114-136; MARTINS; LUCA, 2008).

Direcionando o foco da argumentação para a caracterização da Província do Piauí, podemos afirmar que a distribuição da população no território piauiense assumiu historicamente caráter disperso. As fazendas para criação do gado, principal atividade econômica da região nos séculos iniciais da sua formação, condicionaram o povoamento, fazendo com que assumisse caráter centrifugo onde era notória a ditadura do ruralismo. Luiz Mott (2010), em artigo sobre o Piauí Colonial, deixa claro que a dificuldade para o crescimento urbano não era a falta de moradores, mas sim, a forma que as principais atividades econômicas assumiam na região, o predomínio do criatório extensivo, utilizando de trabalho compulsório e de meios técnicos marcados pela rusticidade. Outro aspecto relevante seria o alto grau de autossuficiência da sociedade, não deixando espaço para a proliferação de atividades típicas dos meios urbanos, nem para a circulação monetária, e ainda dificultando o desenvolvimento da relação com a cultura escrita, visto que a mesma não era demandada de forma significativa, no desenvolvimento das práticas cotidianas.

Os primeiros impressos no Piauí, tiveram origem em Oeiras, capital da Província do Piauí até 1852. Oeiras era um núcleo urbano interiorano, encravado no sertão, fora elevada à condição de cidade nos anos 1760, quando João Pereira Caldas, primeiro

governador do Piauí, seguindo ordens da Coroa, elevou a vila da Mocha à condição de cidade e nela instalou o governo da então Capitania de São José do Piauí. Segundo Mello Pereira (1995, p. 61-82), o Estado português tinha como objetivo-chave, no século XVIII, a implantação de uma cidadania padrão, em que a cidade seria instrumento civilizacional, local onde a cultura europeia deveria se impor, fazendo com que as populações sertanejas rompessem com a lógica organizacional e as formas de sociabilidades presentes na cultura dos silvícolas.

No cálculo da Coroa Portuguesa, Oeiras deveria ser um dos pontos a partir dos quais a autoridade lusitana se faria presente nas áreas interioranas de expansão, visando, assim, auferir outro ganho: demarcar a autoridade do Estado português nas áreas de expansão colonial, onde o poder de potentados privados locais atuava de forma quase absoluta, onde funcionários da Coroa eram afrontados constantemente.

A situação geográfica, as dificuldades de comunicação com o litoral, aliada ao fato de atender muito mais o objetivo de consolidar os interesses da Coroa Portuguesa na região, do que propriamente acolher as demandas em potencial por atividades urbanas das populações sertanejas, fizeram com que Oeiras não ganhasse fôlego como centro urbano nas décadas seguintes. Os relatos de Georges Gardner, naturalista inglês, que passou pela cidade no ano de 1839, dão conta de que Oeiras contava com uma população de aproximadamente três mil habitantes, que a sua estrutura urbana, mesmo apresentando, como as cidades pombalinas, traçado urbano regular, apresentava apenas uma praça central de onde partiam algumas ruas dos lados oeste e sul (GARDNER, 1975, p. 123-138).

Segundo Gardner, a população mais graduada de Oeiras era formada na sua quase totalidade por funcionários públicos e por comerciantes varejistas de produtos europeus, sendo que a maioria dos artigos importados chegava até à cidade por meio da praça comercial de Caxias, cidade do interior do Maranhão que era beneficiada pela navegação do rio Itapecuru, ligando São Luís, no litoral, a Caxias no sertão maranhense, nas proximidades da fronteira com o Piauí. Daquela cidade, os gêneros eram levados no lombo de cavalos até Oeiras. (GARDNER, 1975, p. 123-138).

Assim, a Província do Piauí, com comércio frágil, sem atividades agrícolas que ligassem a região aos grandes mercados de exportação, e ainda com dificuldades nos meios de transporte e comunicação, tinha na pecuária extensiva, com manejos simples, a base da economia. O gado bovino, principal produto da região, era comercializado dentro

da própria colônia, vendido vivo e transportado pelo sertão até as feiras no interior da Bahia. Além do gado, o couro era outro artigo da região, que alcançava bom preço em outras províncias.

A fragilidade das atividades urbanas, também pode ser observada no que se refere à relação com a escolarização. As escolas públicas eram inexistentes até os anos que antecedem a Independência e toda a atividade de ensino na Província do Piauí era efetivada por particulares pouco habilitados para a função. Na maioria dos casos, o aprendizado das primeiras letras era feito nos espaços domésticos pelos familiares. Mesmo figuras eminentes da política provincial como o Barão, depois Visconde da Parnaíba, que governou a província por 20 anos (1823-1843) e o Padre Marcos de Araújo Costa, que, além de político, se notabilizou como educador e como homem culto, no Piauí da primeira metade do século XIX, iniciaram seu aprendizado formal nos espaços familiares (COSTA FILHO, 2000). O baixo padrão de escolaridade da população explica, em parte, o pouco significado da cultura escrita e da imprensa no Piauí, no período em análise.

Essas condições materiais e as práticas cotidianas vivenciadas no Piauí no início do século XIX, favoreceram a criação de uma cultura política², que as iniciativas da Coroa Portuguesa, como a criação da capitania, a elevação de Oeiras à condição de cidade/capital e a instalação de uma estrutura administrativa/governamental local, não foram capazes de desarticular. As práticas das coroas ibéricas, para potencializar o processo de conquista dos territórios, favoreceram que grande parte das iniciativas tivessem caráter privado, os interessados armavam homens, entravam no sertão e faziam a conquista de terras aos ameríndios. Isso possibilitou o surgimento de potentados rurais que, diante de demandas cotidianas reais não atendidas pelo Estado, passavam a resolver os problemas com arranjos privados. Lançados sertão adentro e sentindo-se sozinhos, os potentados rurais passaram a assumir espaços de poder. Na falta do poder público, o poder privado se impôs.

Essa realidade construída nos embates cotidianos, na guerra ao gentio, no enfrentamento das dificuldades de conquista de terras interioranas, criou uma cultura

² A ideia de cultura política está fundamentada em: Neves (2003, p. 25-26) declara que “A cultura política de uma sociedade compõe-se não só de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, como as normas estabelecidas para definir os direitos e deveres dos participantes como cidadãos. Abrange ainda as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações e também os simbolismos através dos quais exprimem os seus valores e reforçam essas formas de solidariedade”.

política marcada pelo espírito de autonomia em relação ao Estado. Os potentados locais eram refratários a reconhecerem autoridades superiores e, assim, em vários momentos, os fazendeiros abrirão luta contra os representantes da Coroa, que se empenhavam em promover nova orientação administrativa na Capitania. Praticamente todos os governadores do período final da Colônia enfrentaram dificuldades com os potentados rurais. No pós-independência, e por um período que se estende até a derrota da Revolta Balaiada, entre 1823 e 1843, emerge como força política organizadora e autoritária Manuel de Sousa Martins, o Barão e depois Visconde da Parnaíba (MONTEIRO, 1993, p. 155).

Segundo Odilon Nunes (2007), Manuel de Sousa Martins³ se constituiu como uma liderança política capaz de exercer autoridade inédita sobre esses homens havidos como pouco inclinados a aceitarem e a obedecerem a hierarquias e nem a reconhecerem autoridades e vontades que não as suas próprias.

A ascensão de Manuel de Sousa Martins ao poder, se dá no pós-independência do Brasil. No início, disputou a preponderância política no Piauí, com o grupo capitaneado por Simplício Dias da Silva, ligado à cidade de Parnaíba, no norte da Província. Contudo, com o envolvimento de parte significativa do referido grupo político na Confederação do Equador, movimento que procurava criar uma nação independente do Brasil, os parnaibanos perderam espaço político. A partir de então, o Imperador direcionou suas mercês, de forma definitiva, para as oligarquias políticas da cidade de Oeiras, particularmente para Manuel de Sousa Martins que, daí em diante, passou a comandar com pulso de ferro a política na Província do Piauí, não admitindo mesmo que outros grupos políticos participassem de forma significativa do jogo do poder. (NEVES, 1997, p.100-107).

No comando da política provincial, o Barão passou a usar de algumas estratégias para se manter no governo, sendo as principais delas: a extrema fidelidade ao Imperador, a ocupação de espaços institucionais, indicando somente potentados capitaneados por ele, para ocupar cargos estratégicos na estrutura de poder e, assim, dominava as oligarquias de Oeiras e os demais fazendeiros de outras regiões e, por último, mas não menos

³ Manuel de Sousa Martins nasceu em Oeiras (PI), em 1767, e faleceu na mesma cidade em 1856. Foi personagem importante no processo da independência da província do Piauí, assumindo a presidência do Conselho de Governo, no período de 1825-1828 e a presidência do Piauí de 1831 a 1843. Por sua participação na política e em contendas militares, sempre se mostrando fiel aos interesses do Império brasileiro, foi agraciado com os títulos de Barão e posteriormente de Visconde da Parnaíba.

importante, usava da força e da violência necessária para calar opositores indesejados. (FREITAS, 2019, p. 36-37)

Somente quando alguns grupos políticos de elite representando outros interesses na Província do Piauí foram aprendendo o jogo do poder representativo, e a ocupar cargos públicos criados nas vilas e cidades – juízes de paz, prefeitos e mesmo as funções de deputados provinciais – o Barão da Parnaíba passou a ser questionado na sua autoridade e poder. Mas apenas no início do Segundo Reinado, com a força da centralização política, e ainda com a decrepitude física de Manuel de Sousa Martins, que já contava nos anos 1840, com mais de 70 anos, o agora, Visconde da Parnaíba foi apeado do poder, passando outras forças políticas a disputar de forma significativa os espaços representativos de poder institucional com o grupo por ele capitaneado.

Em síntese, o que afirmamos é que a província do Piauí e, particularmente, sua capital e centro político, não reunia as condições materiais e culturais para o florescimento de intensas disputas políticas entre grupos que se rivalizassem e que demandassem canais de comunicação impressa para a divulgação de ideias e, assim, conquistar a opinião pública a seu favor (Rêgo, 2001, p. 36). A oposição ao Governo de Manuel de Sousa Martins sofria sérias restrições à ocupação de espaços de poder institucionais, bem como no próprio exercício do direito de fazer oposição ao Presidente.

Direcionando o foco da análise para o aparecimento da imprensa no Piauí, podemos afirmar que ela surgiu apenas no Período Regencial, e dentro das condições políticas que apresentamos anteriormente, ou seja, com perfil oficial e patrocinada, mesmo que indiretamente, por iniciativa de Manuel de Sousa Martins, Presidente do Piauí. No período que se estende de 1823 a 1843, momento em que a Oligarquia Sousa Martins governou o Piauí, não havia espaço para o aparecimento de jornais noticiosos e independentes.⁴ Segundo Celso Pinheiro Filho, isso se devia ao receio de que, mesmo inadvertidamente, alguém desagradasse o governante local, risco que ninguém, dentro ou fora das forças governistas, queria se expor (PINHEIRO FILHO, 1972, p. 11). Além das questões políticas, os grupos discordantes não conseguiam ter articulação e recursos materiais e humanos para desenvolver uma imprensa de oposição. Na documentação, encontramos, no máximo, informações sobre “pasquins”, possivelmente folhas avulsas,

⁴ O contexto cultural e político do Piauí no período que se estende de 1823 a 1843, conta com peculiaridades, a vida urbana é restrita, Oeiras a capital da Província, e um dos dois núcleos populacionais mais significativos, contava com 3 mil habitantes, a governança de Manuel de Sousa Martins era absolutamente despótica. Esses fatores aliados à fragilidade das atividades urbanas singularizam a vida cultural e política no Piauí no contexto brasileiro no período definido anteriormente. (Ver GARDNER, 1975, p.124-126).

impressas ou manuscritas, com divulgação restrita, fazendo acusações ao despotismo do Presidente. (COSTA, 2010.).

Assim, o primeiro jornal a ser impresso na Província foi *O Piauiense*, editado na Tipografia Silveira & Cia.⁵, em agosto de 1832, com maquinário vindo da Bahia e instalado em Oeiras, trazido ao Piauí pelo Padre Antônio Fernandes da Silveira, sacerdote e político natural de Lagarto (Sergipe). Suas ligações com o Piauí se iniciaram em 1824, quando indicado pelo Imperador assumiu a função de Secretário de Governo da Província. Na referida função conquistou a confiança e a amizade do Barão da Parnaíba que o elegeu Deputado Geral pelo Piauí em 1830, cargo que não ocupou, pois, no mesmo ano foi eleito para a mesma função como representante de Sergipe, sua província de nascimento, optando por representar essa última (RÊGO, 2001, p. 49-50; PINHEIRO FILHO, 1972, p. 9-10).

Os redatores de *O Piauiense* foram: o professor de latim, Amaro Gomes dos Santos e possivelmente o Padre Antônio Pereira Pinto do Lago. O jornal se limitava a publicação de atos oficiais do governo provincial. Não temos informações precisas quanto à longevidade do referido periódico, porquanto não encontramos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e nem em acervos físicos do Piauí, qualquer exemplar de *O Piauiense*. As informações coletadas em trabalhos de cunho historiográfico dão conta de que o jornal circulou, pelo menos, até março de 1833, quando foi publicado o número 33, exemplar supostamente analisado por um estudioso do jornalismo piauiense e utilizado para definir uma data aproximada da criação do jornal (PINHEIRO FILHO, 1972, p. 10).

O segundo jornal criado no Piauí é de maio de 1835, e possuía caráter diretamente oficial, pois era o órgão de divulgação das atividades e determinações da recém instalada Assembleia Legislativa da Província do Piauí. Nele podemos encontrar informações sobre a dinâmica de trabalho efetuada pelos deputados provinciais, bem como um significativo número de informações sobre as decisões tomadas pelos deputados no ano de 1835, as quais estavam enquadradas nas competências definidas pelo Ato Adicional de agosto de 1834. Assim como é o caso de *O Piauiense*, não podemos expressar com exatidão o período de existência do jornal *Correio da Assembleia Provincial do Piauí*, pois as informações sobre sua longevidade são lacunares e no acervo

⁵ Anos depois, a referida tipografia recebeu outras designações como Tipografia Provincial (1836) e mais tarde Tipografia Saquarema (1849).

existente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional constam apenas 29 exemplares, todos eles publicados entre os meses de maio e setembro de 1835.

Em 1839, teve início a publicação do que veio a ser o terceiro jornal do Piauí, também publicado na cidade de Oeiras, impresso na Imprensa Oficial e ligado ao Governo de Manuel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba. A criação do jornal está diretamente relacionada ao delicado momento político provocado pela rebelião denominada Balaiada, particularmente no momento em que os rebeldes se mostravam mais tenazes e um inimigo difícil de ser derrotado.⁶

A rebelião ganhava fôlego pelos sertões e núcleos populacionais do Maranhão e do Piauí. As duas províncias separadas formalmente, mas unidas pelo passado comum e por inúmeros interesses e vínculos familiares, econômicos e políticos, procuravam somar esforços para debelar o movimento rebelde. Dois acontecimentos ocorridos, em 1839, levaram pânico a Oeiras, quais sejam: a morte em combate do militar Manuel Clementino⁷, comandante das tropas legalistas da província, e a vitória dos balaios, sobre as forças legalistas na próspera cidade de Caxias, no sertão maranhense, que intermediava parte significativa das demandas comerciais da Província do Piauí. A rebelião inquestionavelmente ganhava fôlego, contando mesmo com o apoio de homens da elite piauiense que viam, na revolta em curso, a possibilidade de desestabilizar o governo do presidente Sousa Martins e, quem sabe, destituí-lo do cargo.

O medo e as notícias de que os rebeldes se voltariam então para a cidade de Oeiras, capital do Piauí, despertava, na população e no grupo político que comandava a província, o sentimento de pânico. O governo provincial se via assim acuado e fragilizado, tanto no campo de batalha real, como no campo da guerra simbólica no qual, por meio de informações transmitidas oralmente, se espalhava o medo do ataque rebelde à capital. Daí a necessidade de um contra-ataque para controlar a versão validada dos acontecimentos (CRUZ, 2007, p. 253-270).

Diante das circunstâncias apontadas, o governo provincial do Piauí, comandado pelo Barão da Parnaíba, aceitou o oferecimento de Francisco José Fialho, que propôs encarregar-se de redigir, em Oeiras, um periódico capaz de transmitir ao público as

⁶ A revolução conhecida como Balaiada ocorreu nas Províncias do Maranhão e Piauí, nos anos de 1838 a 1841. O movimento situado no Período Regencial no Brasil está originariamente ligado às condições de miséria em que vivia a população pobre, ao despotismo do sistema de recrutamento e a divergências políticas entre grupos da elite política do Piauí e do Maranhão. DIAS, 1996.

⁷ Manuel Clementino de Sousa Martins nasceu em 1799 e faleceu em agosto de 1839. Militar, atuou nos conflitos ocorridos na província do Ceará, em 1832, logo após a abdicação de D. Pedro I, e na Balaiada, em 1839, sendo morto em combate. Era filho do coronel Joaquim de Sousa Martins e sobrinho, afilhado e genro de Manuel de Sousa Martins (Visconde da Parnaíba).

ocorrências atualizadas da guerra, bem como os atos do governo relacionados à rebelião. O jornal seria impresso com recursos do poder público, pois utilizaria o maquinário da Tipografia Provincial, assim como os materiais fornecidos pela Tesouraria da Fazenda (PINHEIRO FILHO, 1972, p. 11).

A criação do jornal ocorre, então, quando o presidente da província do Piauí deu-se conta da dimensão que a rebelião havia ganho no Maranhão e no Piauí, particularmente pelo envolvimento de grupos da elite, o que dava ao movimento inequívoco caráter político, uma disputa de facções oligárquicas pelo domínio do poder provincial. A publicação de um periódico seria mais uma peça de artilharia, contra os inimigos que ameaçavam o grupo político que monopolizava o governo provincial. *O Telégrafo* seria um forte aliado na solução do problema de legitimar as ações no combate aos rebeldes, ao tempo em que procurava deslegitimar os adversários, priorizando, de início, a desconstrução dos homens da elite que colocavam em risco o domínio da oligarquia Sousa Martins.

É dentro dessa difícil conjuntura política que nasce o jornal *O Telégrafo*. O primeiro número do jornal é de 21 de novembro de 1839 e, segundo consta na coleção do acervo da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, o último número a circular é o 77, de 15 de agosto de 1840. Não podemos afirmar categoricamente se a edição 77 foi efetivamente a última publicada, contudo, podemos fazer algumas conjecturas sobre isso. O editorial da sua primeira aparição explicita as suas intenções e deixa claro, ao leitor, que seu desiderato é esclarecer a opinião pública (O TELÉGRAFO, 1839, p. 1; MOREL, 2008, p. 28) sobre os acontecimentos da Balaiada, particularmente os que tiveram envolvimento e repercussão na Província do Piauí, e que, findo o conflito, o jornal seria imediatamente extinto, pois teria cumprido a finalidade para a qual foi criado (O TELÉGRAFO, 1839, p. 1).

Analisando a suposta última edição de *O Telégrafo*, constatamos que o jornal transcreve na íntegra, o manifesto: “Aos brasileiros rebeldes”, de Luiz Alves de Lima e Silva, Governador do Maranhão e Comandante das tropas legalistas daquela província, documento que conclama os rebeldes a entregarem as armas, colocando fim à rebelião, em troca, o Governo Imperial oferecia anistia aos rebeldes envolvidos no conflito. Esse documento veio a público em jornais do Maranhão e do Piauí, nos meses finais da Balaiada, quando já eram visíveis e incontestáveis os sinais de fragilidade do movimento rebelde. Além da carta de Luís Alves de Lima e Silva, o jornal ainda dava notícias sobre

novas derrotas dos rebeldes no sul do Piauí e mesmo da perseguição final que se fazia a Ruivo, líder rebelde, que se encontrava em fuga, com poucos recursos e na iminência de ser capturado (O TELÉGRAFO, 1840, p. 4). Assim, sem despedidas, sem informar efetivamente o fim dos conflitos e do jornal, encerra-se o último número do *Telégrafo* que se encontra preservado e disponível à pesquisa.

Um aspecto significativo do *Telégrafo* é a constância com que se mantém fiel à proposta inicial: esclarecer à população sobre os acontecimentos da rebelião Balaiada. Em raríssimas oportunidades, o periódico fazia anúncios de escravos fugidos, anúncios de pessoas que se ausentaram da cidade de Oeiras, sem fazer os devidos avisos de viagem aos conhecidos e, ainda, em momentos pontuais tratava dos problemas de saúde e das festividades natalícias de sua Majestade Imperial. Excluindo essas poucas notícias, o jornal se volta exclusivamente para o seu objetivo principal.⁸

Os textos publicados pelos redatores do jornal *O Telégrafo* eram, principalmente, compilações de correspondências trocadas entre o governo provincial e suas chefias militares, ou ainda, correspondências trocadas entre burocratas imperiais da Corte e mesmo presidentes provinciais do Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia, dando conta de ações e movimentações de apoio no combate aos rebeldes e também compilações de jornais do Maranhão e da Corte, tratando de assuntos relacionados ao movimento rebelde.

Uma análise mais detalhada aponta algumas particularidades que o periódico assume, sem abandonar o tom proposto inicialmente pelos redatores (tratar única e exclusivamente da Balaiada). Um primeiro recorte temporal se dá desde o momento em que surge *O Telégrafo* até a sua sexta edição, o jornal inicia suas atividades sob o impacto negativo das notícias que davam conta da morte do comandante militar Manoel Clementino e da queda da cidade de Caxias, no Maranhão, para as forças rebeldes (O TELÉGRAFO, 1839).

Nesse contexto, o jornal parece assumir tom de urgência, como se precisasse reverter uma situação adversa no campo da informação a ser validada. Assim, nos números iniciais do periódico, são feitos relatos minuciosos das escolhas iniciais do governo provincial do Piauí e das movimentações de Manuel Clementino pelo sertão do

⁸ No *Telégrafo* de número 26, encontramos um comunicado de que o jornal estava recebendo e passaria a publicar anúncios e avisos. Mesmo assim, os avisos continuam a ser pontuais e restrito a questões pessoais dos assinantes, tratando ainda de algumas fugas de escravos e alguns poucos anúncios de compra e venda de propriedades na região de Oeiras. POST-SCRIPTUM, 1840, p. 4.

Maranhão, os inúmeros pequenos confrontos entre forças legalistas e rebeldes nos quais, quase sempre, as forças legalistas saíram vitoriosas.

As notícias constantes em *O Telégrafo* deveriam elevar a autoestima das tropas e da população, em geral, sobretudo, em momento difícil como o da perda de Manoel Clementino. Se a morte do Comandante abatera o moral dos legalistas e provocava uma onda de boatos favoráveis aos rebeldes Balaios, era preciso contra-atacar, e aumentar a energia a favor da causa legalista. A força e o patriotismo dos soldados, personificados em Manuel Clementino, passavam a ser construídos discursivamente no jornal *O Telégrafo*.⁹

No fim de 1839, o jornal parece perder o tom de urgência, os artigos continuam direcionados a dar visibilidade ao combate aos Balaios, mas procura dar conta de ações mais estruturadas, dá vazão a queixas do Governo provincial do Piauí contra o Governo do Maranhão, e reclama mesmo de certo descaso do Governo Imperial em relação à luta desenvolvida pelos legalistas do Piauí.

Outro aspecto presente, nesse segundo momento, é que *O Telégrafo* passou a noticiar não apenas informações sobre movimentações de guerra, como também a divulgar grandes feitos militares dos legalistas, chegando a criar uma aura de superação diante das dificuldades. O jornal parece usar da estratégia discursiva, que afirma que, na guerra, era preciso, além de dominar a informação, expressar uma verdade sobre as forças, acrescentar suas glórias, suas possibilidades materiais, o número de apoiadores e ainda aumentar os valores doados ao esforço de guerra. Nesse aspecto, seguiam o conselho de Napoleão Bonaparte: “deve-se levar o inimigo a crer que se dispõe de forças enormes” (BONAPARTE, 2015, p. 185).

Uma questão interessante é que *o Telégrafo* procurava sempre dar ênfase à informação sobre a guerra como uma estratégia de convencimento do leitor, havia por parte dos editores a crença de que a informação teria mais força argumentativa, mais poder de veracidade que a opinião, assim essa era a estratégia discursiva, a forma de fortalecer a informação e ganhar a opinião pública. O redator mescla a sua opinião com a informação, mas o recurso opinativo aparece apenas como consequência da informação, ou como forma de explicar a realidade noticiada nas páginas do jornal.

⁹ O General Napoleão Bonaparte, foi um dos primeiros a entender a importância e o papel da imprensa para manter elevado o moral da tropa e da população em geral. BONAPARTE, 2015, p. 184.

No início do segundo semestre de 1840, *O Telégrafo* passou a insinuar que as forças rebeldes já davam claros sinais de esgotamento, ao tempo em que se mostravam também resistentes quanto ao possível desfecho do conflito, de forma favorável aos legalistas. Nesses meses finais de *O Telégrafo*, um tipo de notícia começou a se fazer constante no jornal, as listas com números de rebeldes aprisionados pelos legalistas, discriminando o número de soldados, de mulheres, de crianças e escravos recapturados (O TELÉGRAFO, 1840, p. 2-3).

O jornal não dispunha de uma coluna exclusiva para diálogo com os leitores, nem dava pistas diretas sobre sua circulação, sobre o número de assinantes, ou a quantidade de exemplares vendidos avulsamente. Em alguns poucos exemplares encontramos informações relacionadas às questões anteriores. Em um dos casos, o assinante sai em defesa do Barão da Parnaíba, enaltecendo seu senso de justiça e seu esforço no objetivo de salvar a Província do Piauí dos males da rebelião, apontando o Barão como um exemplo a ser seguido por outros piauienses. O segundo leitor, que tem sua carta publicada no jornal, é um assinante do norte do Piauí, que se identifica apenas como: “um dos que sofreu fogo no mucambo”. Na carta, o assinante faz ressalvas às notícias publicadas no jornal, relativas ao ataque rebelde no povoado “Mucambo”. Essa segunda correspondência nos ajuda a assegurar que *O Telégrafo* circulava e era consumido em outras partes do Piauí, que não a cidade de Oeiras (CARTAS, 1840, p. 3-4).

O que esperar, porém, da circulação e consumo de um periódico num meio social desvinculado da cultura escrita e do hábito de leitura de jornais? É possível que o jornal circulasse juntamente com a correspondência oficial, uma forma de o Barão da Parnaíba divulgar e fazer chegar às regiões da província e mesmo a lugares fora do Piauí sua verdade sobre a Balaiada.¹⁰ O movimento rebelde era, com certeza, um assunto que preocupava e instigava muitas pessoas na Província, e as informações contidas no *Telégrafo*, possivelmente, depois de lidas, por alguns poucos que dominavam a leitura, reverberavam de forma oral e se espalhavam pela cidade de Oeiras e pela Província. Possivelmente, *O Telégrafo* teve circulação significativa entre os grupos de elite da cidade de Oeiras e alcançou, ainda que com alguma dificuldade, outras cidades do Piauí e do Maranhão. A intenção dos editores e do patrono do jornal era alimentar, com informações, que fossem favoráveis à causa legalista, os grupos de elite da sociedade piauiense e,

¹⁰ Encontramos em jornais do Rio de Janeiro referências ao *Telégrafo* e às informações nele constantes, para informar ao público da Corte sobre a Revolta. As referidas notícias foram encontradas no jornal *Diário do Rio de Janeiro*. NOTÍCIAS, 1840, p. 4.

assim, incentivar alguns a se aliarem e mesmo auxiliarem com recursos financeiros e ajuda material à causa governista. Buscavam, ainda, deixar claro os riscos a que se submetiam os que, como Lívio Lopes Castelo Branco¹¹, escolhiam o caminho da rebeldia e apoiavam a Balaiada.

Na continuidade da apreciação de *O Telégrafo*, consideramos pertinente direcionar o foco da análise para o conteúdo expresso nas páginas do jornal, para a forma como o periódico constrói discursivamente o movimento Balaião, bem como os personagens nele envolvidos. *O Telégrafo* foi o primeiro a utilizar a escrita para construir uma versão da Balaiada e de seus personagens no âmbito da província do Piauí.

Nesse aspecto, os editores do jornal, ao iniciarem a construção de uma narrativa para a Balaiada, escolhem retroceder no tempo, narrar alguns acontecimentos iniciais do movimento, na tentativa de estabelecer balizas enunciativas sobre os fatos. Nesse percurso enunciativo escolhem dar visibilidade aos acontecimentos envolvendo Lívio Lopes Castelo Branco e o cerco da cidade de Caxias pelos rebeldes, as desventuras sofridas pela população da cidade, após a invasão dos Balaiões, bem como as malogradas tratativas desenvolvidas por Lívio Lopes Castelo Branco com o governo do Maranhão, após a tomada de Caxias (O TELÉGRAFO, 1839, p. 2).

O periódico define Lívio Lopes Castelo Branco como antagonista principal dos legalistas no enredo inicial da Balaiada, deixando na sombra os líderes populares, como Raimundo Gomes. O jornal expressa nitidamente a percepção de que o perigo maior vinha de Lívio Lopes Castelo Branco, pois o seu sucesso poderia motivar outros grupos da elite a apoiarem um possível levante contra a estrutura política de poder, controlada pelo Barão da Parnaíba.¹² Assim Lívio Lopes Castelo Branco, embora participe do movimento apenas por quatro meses, passa a ser, na escrita de *O Telégrafo* e na memória histórica da Balaiada, um líder rebelde sempre lembrado.

O Telégrafo, que assume indistintamente a causa legalista, expressa isso por todas as suas páginas. As referências aos Balaiões, independente das circunstâncias, são sempre negativas. Um exemplo dessa afirmação são os usos e as formas utilizadas para publicizar supostos escritos rebeldes, que, enviados às autoridades públicas, ou

¹¹ Lívio Lopes Castelo Branco e Silva nasceu em Campo Maior, em 1813, e faleceu em Parnaíba em 1869. Foi jornalista, advogado e escritor, exerceu vários cargos públicos no Piauí, foi ativo participante da Balaiada e, por este motivo, perseguido pelo Visconde da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins, mesmo após o perdão concedido pelo Imperador Dom Pedro II.

¹² Sobre a participação de Lívio Lopes Castelo Branco da Silva, bem como sobre as memórias históricas que são construídas sobre este personagem ver: CASTELO BRANCO, 2019, p. 41-70.

apreendidos em combate, por forças legalistas, são selecionados pelos editores e estampados nas páginas do periódico. Os escritos são publicados em linguagem truncada, com inequívocos erros gramaticais, destoando visivelmente da linguagem corrente expressa no jornal. Tais escritos são, em seguida, alvo de críticas irônicas, claramente desqualificadoras, tanto da forma da escrita, quanto do seu conteúdo.¹³

A presença de Lívio Lopes Castelo Branco, nome ligado aos grupos políticos do norte da província e, naquele momento, assumindo posições políticas opostas ao Barão da Parnaíba, conferia à rebelião um perfil político, no sentido de que o movimento também era visto como ação de grupos oligárquicos dissidentes que tinham a intenção de desestabilizar o governo e assumir o poder provincial.

No cálculo político do Barão da Parnaíba, a adesão de parte das elites piauienses à Balaiada, direcionando recursos materiais e a representatividade política e social que tinham na província, passando até mesmo a organizar forças militares para reivindicar mudanças políticas, era um risco que deveria ser evitado, a qualquer custo. Diante dessas possíveis circunstâncias, Lívio Lopes Castelo Branco aparecia como um mal que deveria ser eliminado.

Lívio Lopes Castelo Branco é construído como um homem sem palavra, sem honra, significando grave falha de caráter. A prova desse defeito era expressa no próprio *Telégrafo*, quando publica as correspondências do líder rebelde, afirmando que as relações entre as forças militares em confronto deveriam ser marcadas pela honra militar, pelo direito de guerra, pelas garantias. Lívio Castelo Branco, em seus escritos, parece apontar para a necessidade de construção de um entendimento entre os dois lados, de modo a evitar o derramamento de sangue de pessoas não militares. Esses escritos são contrapostos a relatos de supostos assassinatos e outras violências cometidas por ele no comando das forças rebeldes, o que seria prova incontestada de sua falta de idoneidade moral, da fragilidade da palavra empenhada (INTERIOR, 1839, p. 1-2).

Os escritos de *O Telégrafo* satisfazem demandas discursivas localizadas e direcionadas, pois atendem aos interesses do grupo político capitaneado pelo Barão da Parnaíba, constroem a imagem do líder rebelde como um não vir a ser masculino: homem

¹³ Os escritos com linguagem truncada, a que fizemos referências, são: cartas encaminhadas por lideranças rebeldes ao Governo do Piauí, ou ainda, correspondências escritas para serem encaminhadas a outros líderes rebeldes ou aliados e que foram interceptadas por forças governistas.

de elite, bem-nascido, inteligente, que, no entanto, se deixara levar por ambições menores, aliando-se a homens desqualificados na promoção de desordens e de crimes variados.

A desqualificação discursiva de Lívio Lopes Castelo Branco serviria, assim, para ilustrar os riscos e os equívocos de um homem de elite, ao se envolver com indivíduos desqualificados e assumir posturas de oposição, chegando mesmo a desencadear uma guerra civil. Se o personagem Lívio tem sua trajetória marcada por arroubos militares e até pela posição de destaque e liderança de um movimento rebelde, tem, em seguida, um desfecho infeliz. Lívio se desentende, no trato com homens rústicos, inflamados pelo espírito da rebeldia, se vê acuado e obrigado a ceder a pressões de outros líderes. Em seguida, se coloca em fuga, como se tomasse consciência das consequências do mau passo que dera, ao se envolver com a Balaiada. Assim, resolve abandonar o movimento. De homem de elite, se fizera um rebelde, se tornando um fugitivo, um sem lugar, obrigado a fugir para preservar a vida.

Nas páginas do jornal, Lívio Lopes Castelo Branco, ao fugir, acabou por incorporar ao seu perfil mais alguns traços que maculariam sua imagem por toda a vida: não teve a constância e a firmeza de um comandante militar, abandonou os comandados. Não teve a coragem de lutar até o fim, a fuga é sempre um gesto desabonador, a deserção é sempre vista como um ato de covardia.

O jornal retrata, em momentos distintos, como outros homens de elite, supostamente envolvidos com a Balaiada, sofreram perseguições, tiveram suas propriedades invadidas e saqueadas, vendo-se diminuídos em dignidade, em propriedade e, muitas vezes, pagando mesmo com a própria vida, a audácia da rebeldia. Em discurso proferido por José Martins de Sousa¹⁴ e transcrito no *Telégrafo*, em momento delicado, quando as forças legalistas tentavam se reorganizar depois de alguns reveses e, ainda, sob o impacto da adesão de homens da elite à causa dos Balaies, fica explícito o desejo do Presidente da Província e de seus aliados de contarem com o apoio irrestrito da população, bem como a disposição em usar das armas necessárias para dissuadir os que se bandearem para a causa rebelde.

¹⁴ José Martins de Sousa na Revolta da Balaiada, foi Comandante da Coluna do Oeste (tropas legalistas) e prefeito de Parnaíba, já participou das lutas pela Independência (Piauí e Maranhão). Faleceu em 1850, ocupando a patente de tenente-coronel da Guarda Nacional.

Homens iludidos, que vos tendes deixado arrastar por promessas efêmeras desses vândalos, procurem as nossas fileiras, onde encontrareis o meu amparo, e a proteção das leis! Ainda é tempo de vos arrependerdes. Se insolentes persistirem na indiferença dos males da vossa Pátria, temei o terrível golpe, que vos prepara a minha vingadora espada. Viva a Santa religião, Viva o Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro II, vivão as forças da legalidade (SOUSA, 1839, p. 3-4).

José Martins de Sousa, Major Comandante da Coluna do Oeste, faz uso das páginas do *Telégrafo*, em outro momento, para tratar especificamente da família Aguiar, residente em Parnaguá, cidade do sul do Piauí, se referindo a eles, como exemplo do destino que aguarda os que se rebelam. Aos possuidores de bens de fortuna, a punição era a perda das propriedades e dos bens acumulados. Segundo palavras de uma correspondência oficial encaminhada ao Presidente da Província do Piauí, pelo aludido militar, os membros da citada família enveredaram pelo caminho da rebeldia e apoiaram os Balaios. Em decorrência dessa atitude, as forças legalistas atacaram as propriedades da família Aguiar, colocando as tropas rebeldes a correr e, em seguida, promoveram o saque da propriedade e fizeram com que os sobreviventes se colocassem em fuga. Ao encerrar o seu relato afirma que “é inquestionável que ficam pobríssimos, sirva este exemplo de mais uma lição aos homens, que possuindo bens de fortuna, deixam-se levar pela palavra de aventureiros” (O TELÉGRAFO, 1840, p. 4).

O *Telégrafo* assumia, assim, posição de similaridade com todos os jornais políticos do século XIX, expressava a voz e a vontade política do editor e do seu patrocinador, não existia espaço para posições neutras, para discordâncias. Na política do século XIX só existiam duas posições possíveis, a do alinhamento total ou a da execração, posturas que, com a tensão da guerra e dos perigos que a acompanhavam, se radicalizavam (BASILE, 2018, p. 1-9).

Em 1841, o movimento da Balaiada estava vencido, a defesa da legalidade e a vitória sobre os rebeldes, estavam vinculados inquestionavelmente ao Presidente da Província do Piauí, o Barão da Parnaíba. Por todos os números do jornal *O Telegrapho*, sua presença, explícita ou não, era uma constante. A vitória sobre os Balaios e sobre as forças políticas de elite que se envolveram no movimento e se levantaram contra o Barão da Parnaíba potencializou ainda mais as bases da estrutura de poder das elites políticas sediadas em Oeiras e capitaneadas pela Oligarquia Sousa Martins.

No entanto, a vitória do Barão da Parnaíba acabou nos anos seguintes, perdendo parte da energia. O governo imperial, que havia enviado forças para conter o movimento da Balaiada e que estava progressivamente pacificando o Império, agora procurava impor nova ordem política às províncias, estabelecer sua força, centralizar o poder de mando na figura imperial e na estrutura burocrática a seu auxílio e limitar o poder político dos grupos oligárquicos regionais (CARVALHO, 2000, p. 83-130). Assim, Manuel de Sousa Martins, agora Visconde da Parnaíba, em 1843, com 76 anos de idade e marcado pelos sinais da decrepitude, foi afastado do poder provincial.

O Visconde da Parnaíba e seu grupo continuavam detentores de grandes fortunas e de grande prestígio, no entanto, o jogo do poder político na província ficara mais complexo, novos grupos oligárquicos aprendiam as regras do jogo político propostas pela ordem imperial. Os anos 1840, trouxeram consigo, do ponto de vista político, a maturidade do governo imperial brasileiro, o próprio Império fazia valer as regras, em que o acesso ao cargo de Presidente de Província além de ser uma indicação direta do Imperador, seria função ocupada por políticos de origem provincial diversa.

Em 1843 a pressão política objetivando desestabilizar o Visconde da Parnaíba se intensificou, e ocupou espaço na Câmara de Deputados Gerais e mesmo em jornais no Rio de Janeiro.¹⁵ Um de seus desafetos mais significativos, era seu sobrinho, Francisco de Sousa Martins, deputado geral pela província do Ceará. O Barão acabou por ceder às pressões e foi exonerado da função de presidente da província do Piauí depois de 20 anos, quase ininterruptos de exercício da função. Em 30 de dezembro de 1843, Manuel de Souza Martins passou o Governo provincial a José Idelfonso de Sousa Ramos, depois Barão das Três Barras e Visconde de Jaguarari, político natural da Província de Minas Gerais (PEREIRA DA COSTA, 2010, p. 344-345).

A política no Piauí provincial, até o final dos anos 1840, não contava com partidos políticos definidos, os historiadores apontam que o Visconde da Parnaíba era o divisor de águas nas parciais que se movimentavam na política local. Uma trabalhava a favor da influência, então decaída, do Visconde da Parnaíba, que por vinte anos havia predominado na província, a outra se empenhava com todas as energias para evitar que o

¹⁵ Em alguns números do periódico *Diário do Rio de Janeiro* que circularam na Corte Imperial, no ano de 1843, encontramos artigos assinados com pseudônimos, contendo severas críticas ao Presidente do Piauí Essa campanha difamatória, segundo alguns, promovida principalmente por seu sobrinho Francisco de Sousa Martins, naquele momento deputado geral pela província do Ceará, aliada aos desgastes do Visconde da Parnaíba, pela longevidade no exercício do poder (1823-1843) foram parte das motivações que levaram a sua retirada da função de presidente da província do Piauí ao final do ano de 1843. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1843, p. 2.

Visconde da Parnaíba voltasse a assumir o governo ou mesmo que mantivesse seu domínio político. Mesmo sem ocupar cargos eletivos Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba, continuou a atuar na política do Piauí e a envolver-se com o jogo político até próximo de sua morte, aos 89 anos de idade em 1856.

Em síntese, a queda do Visconde da Parnaíba, em 1843, fez com que o jogo político ganhasse maior grau de complexidade. Dentro dessa nova ambiência política, e contando ainda com o interesse de outros grupos oligárquicos locais em participar, de modo mais efetivo, do jogo do poder, a demanda por meios de comunicação que divulgassem e defendessem ideias e propostas de governança à sociedade se faz presente de forma significativa.

Assim, em meados da década de 1840, especificamente em 1845, o Piauí ganhou seu primeiro jornal de cunho político, doutrinário e noticioso, sem perfil oficial. O periódico denominado *O Liberal Piauiense* era impresso na cidade de Caxias no Maranhão e redigido por Lívio Lopes Castelo Branco, político de princípios liberais e sempre estigmatizado pelos adversários pela sua ativa participação no movimento rebelde da Balaiada (PINHEIRO FILHO, 1972, p. 12). Lívio Lopes Castelo Branco, com um histórico de ser liberal exaltado, chegando mesmo a pegar em armas e a envolver-se em rebeliões armadas, passava agora a atuar na imprensa, tornando-se um dos líderes do Partido Liberal no Piauí, partido pelo qual foi eleito Deputado provincial e no qual militou até sua morte, em 1869.

O Visconde da Parnaíba, afastado da presidência, se mantém próximo ao poder e sempre presente nas disputas políticas até 1845, quando elege seu candidato a Câmara de Deputados. Depois da eleição, uma série de conflitos envolvem o Visconde em disputas e mesmo no assassinato de um adversário político, o que leva a fortes reações e mesmo a um clima de revolta exigindo que o Visconde saia de Oeiras e se afaste da política. Pressionado e fragilizado pela idade, o Visconde se afasta do centro das ações políticas na Província, no entanto, sem se desligar inteiramente do jogo do poder. Seu histórico perfil de liberal moderado acabou por conduzi-lo ao Partido Conservador (RÊGO, 2001, p. 37-38).

Nas décadas seguintes, a imprensa no Piauí ganhou maior vulto, particularmente, depois da transferência da capital da Província de Oeiras para Teresina, localizada às margens do rio Parnaíba, no ano de 1852. Pereira da Costa nos informa que a Província do Piauí contou com aproximadamente 142 jornais, entre os anos de 1832 e 1889. Até o

ano de 1852, praticamente todos foram publicados na cidade de Oeiras. Depois da mudança da capital para Teresina, o novo centro político da província passou a concentrar a grande maioria das tipografias e de materiais impressos no Piauí, o que nos revela a ligação entre a política partidária e a demanda por imprensa na vida da Província. Além de Teresina, apenas as cidades de Oeiras e de Parnaíba, no litoral, contaram com imprensa até o final do Período Provincial (PEREIRA DA COSTA, 2010, p. 312).

Do que foi exposto podemos concluir que a imprensa, no Piauí, nasceu no Período Regencial e com caráter expressamente oficial. Se a forma despótica de governo imposta pelo Barão da Parnaíba já era uma dificuldade aos que procuravam se situar politicamente em condição de oposição ao Presidente, as condições materiais e culturais da Província, acabavam por completar o quadro de dificuldades que impossibilitaram a emergência de uma imprensa livre e de oposição no Piauí. Até meados dos anos 1840, só existia uma máquina tipográfica na Província e essa era de propriedade governamental. Somente em 1845, já depois do afastamento do já então Visconde da Parnaíba da Presidência da Província, os grupos de oposição conseguiram trazer à circulação um jornal oposicionista, denominado *O Liberal Piauiense* e, assim mesmo, impresso na cidade de Caxias, no Maranhão.

Referências

Fontes

CARTAS ao Editor. *O Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 38, p. 3-4, 30 mar. 1840.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, ano 22, n. 90, p. 2, 22 abr. 1843.

INTERIOR: continuação do número antecedente. *O Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 5, p. 1-2, 5 dez. 1839.

NOTÍCIAS Particulares. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 19, n. 188, p. 4, 25 ago. 1840.

O TELÉGRAFO, Oeiras, anos indicados.

POST-SCRIPTUM. *O Telégrafo*, Oeiras, ano 1, n. 26, p. 4, 17 fev. 1840.

Obras Gerais

ABRANTES, E. S. O Farol Maranhense: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão: 1828-1831. In: GALVES, M. C.; COSTA, Y. *O Maranhão oitocentista*. São Luís: EdUEMA, 2015. p. 53-79.

BASILE, M. O. N. de C. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 1-9, set./dez 2018.

BONAPARTE, N. *Sobre a guerra: a arte da batalha e da estratégia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 184.

CAPELATO, M. H. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: PRADO, M. L. C.; VILAÇA, M. (Org.) *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 114-136.

CARVALHO, J. M. de. A vida política. In: CARVALHO, J. M. de. *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 83-130.

CASTELO BRANCO, P. V. A Balaiada e as disputas de memória das elites políticas no Piauí oitocentista. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 180. v. 481, p. 41-70, set./dez. 2019.

COSTA FILHO, A. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí: 1850-1889*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DIAS, M. C. M. *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 2019.

GARDNER, G. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1975.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTEIRO, C. A. de F. *Tempo de Balaio*. Florianópolis: UFSC, 1993.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 24-43.

- MOTT, L. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2010.
- NEVES, L. M. B. P. das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.
- NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI, 1997.
- NUNES, O. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007. v 3.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Teresina: 2010.
- PEREIRA, M. R. de M. Considerações sobre a ação urbanística do Período Pombalino. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 61-82, mar. 1995.
- PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.
- RÊGO, A. R. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
- SILVA, A. da C. e. População e sociedade: In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. p. 35-74.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1983.

Recebido em: 30/03/2020 – Aprovado em: 13/05/2020